



Comissão Interministerial de Inquérito confirma a venda da nacionalidade moçambicana

CIP exige a responsabilização criminal dos envolvidos

Posicionamento Institucional

Uma Comissão Interministerial de Inquérito (CII), constituída pelos Ministérios da Justiça, Assuntos, Constitucionais e Religiosos (MJACR), Ministério do Interior (MINT) e Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) investigou a venda de nacionalidade moçambicana a cidadãos estrangeiros, na sequência de uma investigação jornalística realizada pelo Centro de Integridade Pública (CIP)¹.

A CII apurou que, tal como publicado pelo CIP, há casos de venda de nacionalidade moçambicana a cidadãos estrangeiros. As formas mais comuns desta acção fraudulenta consistem na falsificação de documentos dos interessados em adquirir a nacionalidade moçambicana por naturalização e / ou por casamento.

Os documentos falsificados incluem assento de nascimento, certidão de atribuição da nacionalidade moçambicana e Boletim da República, no qual é publicado o despacho de atribuição da nacionalidade. Uma vez na posse destes documentos, os cidadãos estrangeiros solicitam e obtêm o Bilhete de Identidade e o Passaporte Nacional, conforme explicou o secretário permanente do MJACR, Justino Tonela, numa reunião que manteve com o CIP esta quinta-feira, 04 de Abril, para apresentar os resultados ao CII.

No esquema de falsificação de documentos, os cidadãos estrangeiros contam com a colaboração de funcionários e agentes do Estado afectos às conservatórias de registos civis a vários níveis, desde o central até ao distrital.

¹ CIP (2023). À venda: adquiere-se a nacionalidade moçambicana a partir de 40 mil meticais! Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/12/06/a-venda-adquiere-se-a-nacionalidade-mocambicana-a-partir-de-40-mil-meticais/> (consultado a 04 de Abril de 2024).

O secretário permanente do MJACR explicou que a Comissão Interministerial de Inquérito realizou actividades em conservatórias das cidades de Maputo e Nampula e dos distritos da Ilha de Moçambique, Rapale e Anchilo, na província de Nampula. Em Nampula, a CII apurou que há muitos casos de falsificação de documentos de atribuição de nacionalidade moçambicana, em colaboração com líderes de igrejas e de mesquitas que facilitam a emissão de certidões de casamento.

Em Maputo, a investigação apurou que os documentos de atribuição de nacionalidade a três cidadãos turcos, os empresários Devrin Sahutoglu com Bilhete de Identidade número 110108027076Q e passaporte moçambicano número AB0893822, Hakan Aleattin Yalçin, com Bilhete de Identidade número 110100092490C e passaporte moçambicano com o número n. AB1198809 e Semseddin Gaznevi, com Bilhete de Identidade número 110109015100A e passaporte número AB0460744, são todos falsos.

O secretário permanente do MJACR disse que o relatório da Comissão de Inquérito será submetido ao Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) para ser apensado à investigação já em curso, resultado da denúncia submetida pelo CIP ao GCCC, ao Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional (GCCCOT) e ao Governo, para se propor a revisão da Lei da Nacionalidade.

O Centro de Integridade Pública está satisfeito com o facto de o Governo ter criado uma CII para investigar este caso despoletado pelo CIP e exige a responsabilização criminal dos implicados, sem excepção.

O CIP continuará a prevenir e a combater a corrupção na esfera pública em Moçambique através da denúncia baseada em evidências obtidas por meio de investigação independente, isenta e credível.

Maputo, 05 de Abril de 2024